

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
GABINETE DO SECRETÁRIO



São Paulo de 19

por Beatriz Elias

A colaboração com órgãos de segurança do Estado sempre foi objeto de indignação e denúncia por parte da sociedade. No caso da Universidade de São Paulo, até mesmo uma comissão especial de Inquérito da Assembléia Legislativa buscou investigar e determinar a abrangência da prática adotada pela direção da Instituição, especialmente nos anos subseqüentes ao golpe de 64. Abertos os arquivos de órgãos de segurança, como o Departamento de Ordem Política e Social (Dops) do Estado de São Paulo, o quadro que se desenha é muito mais grave: a colaboração da reitoria da USP não ocorreu tão-somente após 1964. Pelo contrário, ela se constituiu em prática institucionalizada, envolvendo as várias instâncias de poder dentro da burocracia universitária e os órgãos policiais, em troca de informações, denúncias, pedidos de colaboração, desde o início da década de 50. E, guardadas as especificidades de cada período histórico do país e as conseqüências que tais práticas pudessem provocar, elas se desenvolveram em padrões não muito diferenciados daqueles que os arquivos registram após o ano de 64. Há nomes, situações, datas, assinaturas que confirmam o fato.

**AUSP
NOS ARQUIVOS
DO DOPS**

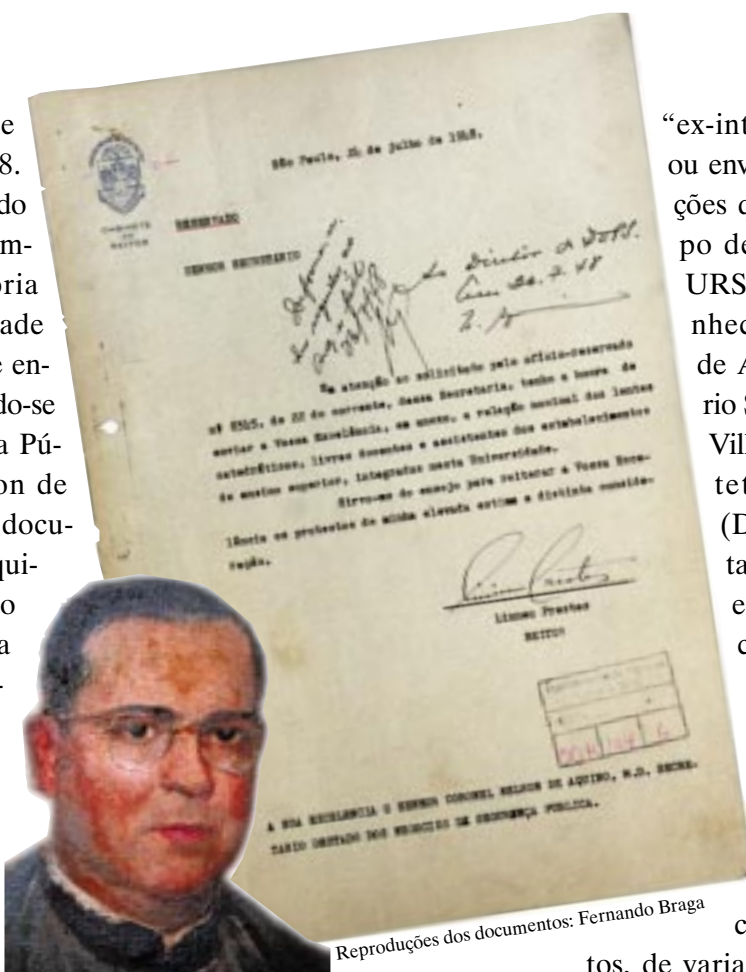
*... da Universidade de São Paulo...
... 12.4.51*

REITORES DA USP COLABORAVAM COM ÓRGÃOS DE SEGURANÇA ANTES MESMO DO GOLPE DE 64

A data é 24 de julho de 1948. A assinatura do ofício, com timbre da Reitoria da Universidade de São Paulo, é do reitor de então, Linneu Prestes, dirigindo-se ao Secretário da Segurança Pública de São Paulo, Nelson de Aquino. No primeiro dos documentos localizados nos arquivos do Dops/SP, envolvendo órgãos oficiais da USP e a colaboração com órgãos policiais, o registro que, durante anos, iria se tornar regra: o envio da relação nominal de docentes da Instituição, por caminhos oficiais, de forma que o Serviço Secreto do De-

partamento de Ordem Política e Social pudesse observá-los, qualificá-los, registrar suspeitas e acusações.

Deste primeiro encaminhamento, indicado pelo reitor como “relação nominal dos catedráticos, livres-docentes e assistentes dos estabelecimentos de ensino superior, integrados nesta Universidade”, constam nada menos que 17 laudas, em que os professores são identificados por suas faculdades de ori-



Reproduções dos documentos: Fernando Braga

gem. Menos de um mês depois, em 7 de agosto de 1948 — e vale lembrar que em 1948 o PCB já tivera suas atividades canceladas e seus parlamentares cassados —, o documento é encaminhado ao Serviço de Informações, apenas com uma assinatura não identificada do encarregado. Checados os nomes dos catedráticos, dos arquivos do Dops emergem acusações sobre 35 professores, classificados como

“ex-integralistas, socialistas ou envolvidos com organizações que mantêm algum tipo de intercâmbio com a URSS”. Entre os mais conhecidos, nomes como o de André Dreifuss e Mário Schemberg (Filosofia), Villanova Artigas (Arquitetura), Miguel Reale (Direito), Moacir Freitas Amorim (Medicina) e Zeferino Vaz (Medicina Veterinária).

O arquivamento dos documentos desse primeiro período, que antecede o golpe militar de 64, é inconstante. São cerca de 90 documen-

tos, de variadas caracterizações e temas, mas em grande parte com a mesma origem oficial: a Reitoria da USP, ou o próprio reitor. Há registros do envio de outras listagens de professores, sempre delatando os simpatizantes do comunismo, de greves em unidades como a Faculdade de Medicina e a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e seus desdobramentos, do problemas dos excedentes, entre outros temas menos significativos.

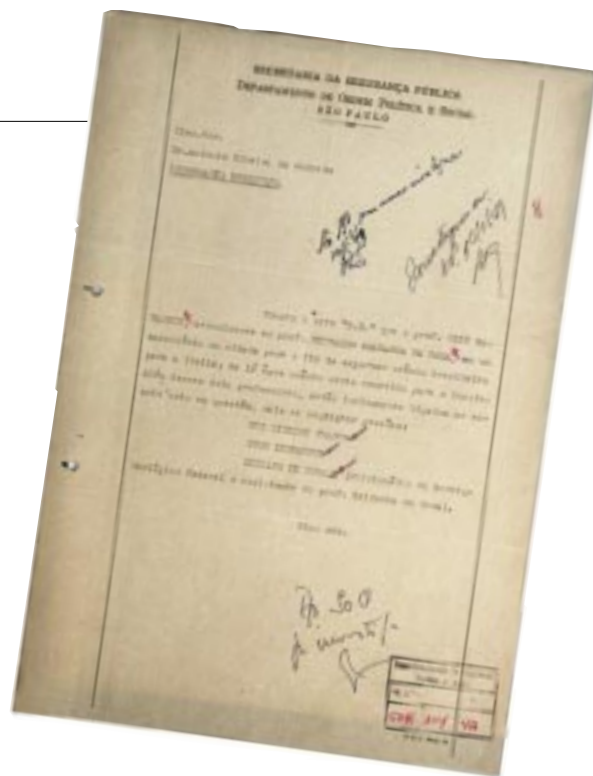
Energia nuclear

A neurose característica dos serviços de informação, buscando comunistas em todos os cantos, iria perdurar durante os anos seguintes, mas, no caso da USP, entre o final da década de 40 e os primeiros anos da década de 50, outro tema iria se transformar em assunto de certa relevância na documentação trocada entre o Dops e a Reitoria: as primeiras preocupações com o Instituto de Física e as pesquisas relativas à energia nuclear. Uma área que, pelo seu significado estratégico, iria gerar pelo menos um dos típicos informes encontrados no Dops, nos quais a imaginação do informante normalmente excedia qualquer análise de bom senso.

Assim, ofício datado à mão, de 10 de janeiro de 1949, com o timbre da Secretaria da Segurança Pública, sendo enviado ao Dr. Antonio Ribeiro de Andrade, registra que “consta que o Prof. Gleb Wataghin — então um dos expoentes da área de Física da USP — associou-se ao Prof. Reinaldo Saldanha da Gama em um escritório na cidade para o fim de exportar urânio brasileiro para a Itália; de lá esse urânio seria remetido para a Rússia”. A preocupação com o professor Wataghin iria persistir durante anos, provavelmente também por conta de sua condição de estrangeiro. Novo informe, sem identificação de seu autor, datado de 22 de abril de 1955, depois de historiar a implantação do Departamento de Física da USP e sua relação com os professores Gleb Wataghin e Marcelo Damy, admite que “o departa-

mento possui uma equipe brilhante de professores, que mantêm relações internacionais”. Da relação em anexo, que enumera todos os docentes que ali trabalham, a restrição se confirma apenas com relação a Mário Schemberg, mais uma vez por sua simpatia pelo comunismo. A crítica e a preocupação se manifestam, no entanto, numa tentativa pouco sutil de buscar desestabilizar a posição de Wataghin: “russo de nascimento, naturalizado italiano, foi presidente de um subcomitê paulista de auxílio às vítimas da guerra em 1947, comitê que geria um fundo comunista”. O analista ainda acrescenta que o pesquisador tem 96 trabalhos publicados, mas nenhum em português. Um quadro que lhe permite sugerir, “como se vê, que urge dar ao nacional o lugar que ele precisa ter: ser o primeiro em tudo”.

O extremo cuidado que envolvia não apenas pesquisadores, mas as próprias instalações do Departamento de Física, já havia sido registrado ao final da década de 40, mais precisamente em setembro de 1948, quando o delegado de polícia, Paulo Rangel, comunica ao delegado especializado em Ordem Política os contatos realizados para viabilizar um policiamento especial no Departamento de Física da USP, “em função das instalações do Betatron”. Rangel relata que, dias antes, o porteiro do local tivera de atirar para o alto quando, à noite, pessoas não identificadas passaram a rondar o local. E acrescenta que a iniciativa deste tipo de policiamento tem a “aquiescência do Prof. Marcelo Damy”.



Nome aos comunistas

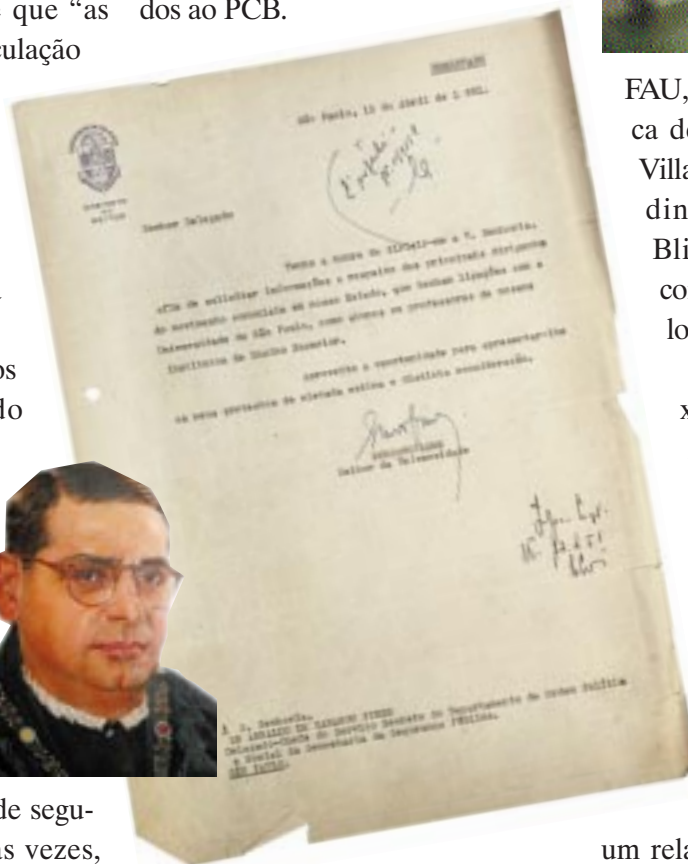
Antecedendo uma outra tendência na rotina de acompanhamento e investigações dos órgãos de segurança que iria se instalar na USP no período pós-64, também a observação relativa a greves envolvendo estudantes é registrada com frequência, nos primeiros documentos localizados no Dops.

A primeira delas é datada de 1951, quando a Faculdade de Medicina paralisa suas atividades em protesto à suspensão de veteranos que haviam aplicado um trote mais violento em estudante transferido do Paraná. Neste caso, sequer se trata de uma comunicação ao Dops: a Reitoria solicita “providências” àquele órgão, já que outras escolas da USP estariam iniciando movimentos de paralisação em solidariedade aos veteranos punidos. E dá os nomes àqueles que ela entende como os articuladores da greve geral: “os elementos comunistas fichados, Luiz Hildebrando Pereira da Silva (aluno do 4º ano de Medi-

cina), Abrão Nicolas Tayer e Victor Nussynveight”. Há, ainda, a nítida intenção de caracterizar a participação do professor Samuel Pessoa em todo o movimento. Documentos relatam que “sua esposa, Jovina Pessoa, esteve na Faculdade de Medicina várias vezes, conversando com estudantes comunistas”. Além disto, a denúncia garante que “as reuniões prévias para articulação da greve aconteciam no anfiteatro de Parasitologia, cuja cadeira está a cargo do Prof. Pessoa, enquanto os demais professores se recusaram a permiti-las em suas salas”.

Aliás, os primeiros anos da década de 50, quando responde pela Reitoria o professor Ernesto Leme (foto ao lado) — um ex-secretário de Justiça de São Paulo —, são aqueles que apresentam maior cordialidade e frequência nos contatos formais entre USP e órgãos de segurança. Leme, por diversas vezes, pede a colaboração do Dops, como no caso da greve da Faculdade de Medicina. Em abril do mesmo ano, é ele quem novamente toma a iniciativa de solicitar ao delegado-chefe do Serviço Secreto do Dops “informações a respeito dos principais dirigentes do movimento comunista em nosso Estado, que tenham ligações com a Universidade de São Paulo, como alunos ou professores”. A seguir, ele mesmo acrescenta uma lista de 12 nomes que caracterizariam esse tipo de mi-

litante, vinculados às faculdades de Medicina, Direito, Filosofia e Direito. Entre eles, Luis Hildebrando Pereira da Silva e Romeu Sofredini. Com apenas dois dias de demora, o Dops lhe responde, anexando uma imensa listagem de médicos, engenheiros, arquitetos, escritores que, segundo seus arquivos, são ligados ao PCB.



A prática de nominar seus professores comunistas parece ter sido uma constante na gestão Leme. No mesmo ano de 1951, depois de 30 dias de greve dos alunos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, num movimento que, segundo os relatos do Dops, inicia-se pela recusa da contratação do arquiteto Oscar Niemeyer (foto ao alto, à direita) pelo Conselho Universitário, mais uma vez o reitor pede que o “Dops auxilie o presidente da Comissão de Sindicância sobre a



FAU, a respeito da atuação política de alguns professores, como Villanova Artigas, Romeu Sofredini, Ruy Machado e Fanny Blinder”. Presidia a referida comissão o professor José Carlos de Ataliba Nogueira.

Mas nem mesmo esta proximidade entre Reitoria e Dops livra o reitor de observações cáusticas dos delegados do órgão. Ao final da movimentação na FAU, depois de meses de paralisação e da reabertura da Faculdade, com a nomeação de um diretor efetivo e a aprovação de regimento próprio, um relatório interno do Serviço de Segurança critica Leme pela condução do processo, lembrando que se os avanços concedidos “eram uma pretensão justa dos alunos, consideramos injusto o modo como tal pretensão foi pedida. E o magnífico reitor, passando por cima de todas as querelas, atendeu os reclamos daquela Faculdade”. Além disto, na previsão do mesmo relatório, os atos da Reitoria não impediriam os tumultos que deveriam ser ainda provocados pelos comunistas em função da questão Niemeyer.

DOCUMENTO COMPROVA EXISTÊNCIA DE REPRESENTAÇÃO DO DOPS NA REITORIA DA USP

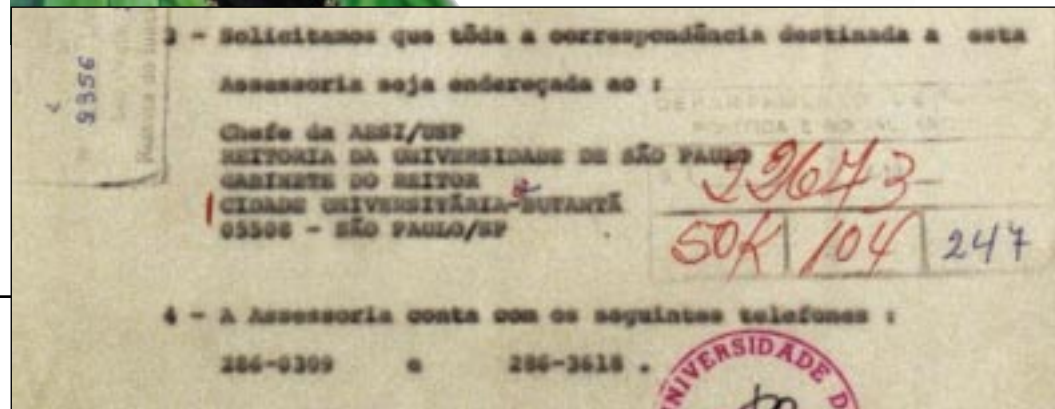
De sua existência, a comunidade universitária tinha poucas dúvidas. Mas eram anos difíceis. E a triagem ideológica se fazia sentir de maneira cada vez mais palpável por significativo número de docentes, cujos processos de contratação enfrentavam obstáculos inexplicáveis. Agora, não há mais como querer negar a existência de uma representação do Dops na USP. Um órgão de segurança, responsável pela disseminação de informações de interesse da área policial, visando ao controle efetivo do que ocorria dentro da Universidade de São Paulo, vetando contratações, “alertando” diretores a tomar certos cuidados, acompanhando até mesmo debates que envolviam a participação de intelectuais que incomodavam o regime, existiu sim. E diretamente vinculado à Reitoria, informando aos demais órgãos da comunidade de informações seus telefones (288-0309 e 286-3618) e, como endereço, nada menos que o Gabinete do Reitor.

A criação da AESI — nome dado a esta Assessoria de Informação — data de 23 de maio de 1973 e foi formalmente comunicada em ofício distribuído a todos os ministérios militares, Polícia Federal,

Polícia Militar, SNI, unidades do Exército em São Paulo e Dops. Seus documentos — que terão sempre a mesma rubrica a acompanhá-los — adotarão um padrão visual facilmente identificável: o timbre da Universidade de São Paulo/Reitoria, em sua abertura. E essa primeira comunicação prima pela simplicidade, mas também pelo conteúdo revelador: “Esta assessoria acaba de completar sua instalação. É órgão que funciona diretamente junto à USP, mas se integra, também, na Divisão de Segurança e Informação do

MEC, dentro do Plano Setorial de Informações. Solicitamos correspondência a AESI/USP - Reitoria Universidade de São Paulo, Gabinete do Reitor”.

Este documento desmente, de imediato,

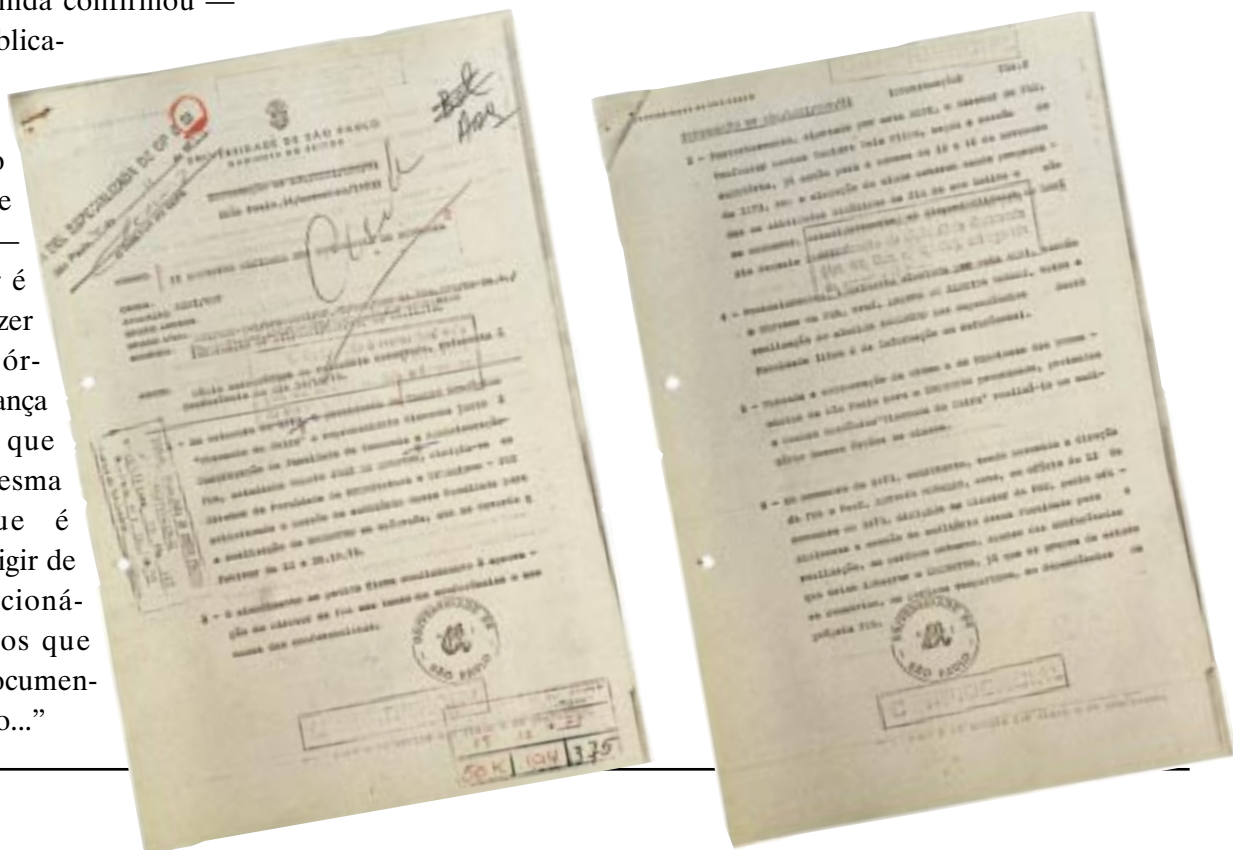


declarações oficiais prestadas pelo ex-reitor Orlando Marques de Paiva, durante investigações realizadas por Comissão Especial de Inquérito, instalada pela Assembléia Legislativa em 1977. Reproduzida parcialmente em publicação da própria Associação dos Docentes da USP, *O livro negro da USP*, a investigação que buscava comprovar a existência de uma prática de controle ideológico na contratação de professores deu um salto com as declarações do professor Antonio Guimarães Ferri, que ocupara vários cargos de direção da Universidade. Em seu depoimento aos deputados, ele admitiu a existência de um órgão vinculado ao MEC, que agiria no sentido de “tomar informações sobre os docentes”. No entanto, afirmou também, tratar-se de um organismo de “caráter policial”, que “não é da Secretaria de Segurança. É um serviço de segurança do Ministério da Educação, instalado fora da Universidade...” Ferri ainda confirmou — conforme publica-

A partir deste depoimento, a CPI insiste, então, em maiores esclarecimentos do reitor à época, Orlando Marques de Paiva, que, também falando oficialmente aos deputados, e instado a explicar a demora na contratação de novos professores, garantiu que “depois de ter empenhado minha palavra perante o Conselho Universitário, no sentido de que jamais qualquer entidade, comissão ou pessoa exerceu pressão sobre o Reitor, pois eu não o permitiria, seria dispensável discutir o assunto”. Pronunciamento do presidente da Comissão, Almir Pazzianotto, também registrado no Diário Oficial do Estado, reforça ainda mais as tentativas de Marques de Paiva de tentar acobertar o que era praxe. Textualmente, o deputado garante que “em visita à Universidade conversamos sobre o assunto exatamente com o Magnífico Reitor. Ele negou, peremptoriamente, que qualquer professor seja

submetido ao crivo de uma comissão interna de segurança”.

Confrontado com a própria definição da AESI — curiosamente criada justamente no ano da posse de Marques de Paiva na Reitoria — seu depoimento se perde no vazio e no acinte feito ao poder legislativo do Estado, pelo seu conteúdo enganoso. Afinal, a AESI terá algumas centenas de seus ofícios e comunicados expedidos, ao longo dos anos, e devidamente arquivados no Dops/SP, especialmente encaminhando listas e mais listas de novos professores a serem contratados. E não apenas professores, mas também funcionários e até alunos selecionados para participar do Projeto Rondon. Especialmente no ano de 1975, quando Paiva ainda era reitor, serão dezenas e dezenas, a representar mais de duas pastas especiais constituídas apenas por fichas de encaminhamento e um formulário, muitas



vezes preenchido à mão — no que se supõe ser a própria letra do docente a ser contratado — com o timbre “Universidade de São Paulo/ Departamento de Administração”, ou, então, “Universidade de São Paulo-Dados pessoais”. Nem mesmo os professores estrangeiros escapavam. E cópias desse material eram, então, distribuídas fartamente aos órgãos de segurança e a ministérios como o da Educação e do Trabalho. Quando o Dops localizava, em seus arquivos, informações sobre o docente, o informe era imediatamente anexado à ficha.

Mas a AESI não se limitou a interferir nos processos de contratação. Seus escritórios distribuíram à comunidade de informações panfletos, boletins, relatos sobre congressos e semanas de estudo e até mesmo pedaços de murais estudantis arrancados de algumas faculdades. O detalhamento de sua intervenção e dos canais de influência dentro da Instituição pode ser demonstrado em relatório sobre a V Semana de Estudos de Jornalismo da ECA, ocorrida em 1973. Não apenas a programação ou observações dos debates estão ali registrados: há até mesmo uma listagem nominal de todos os participantes vindos de outros Estados e seu local de origem.

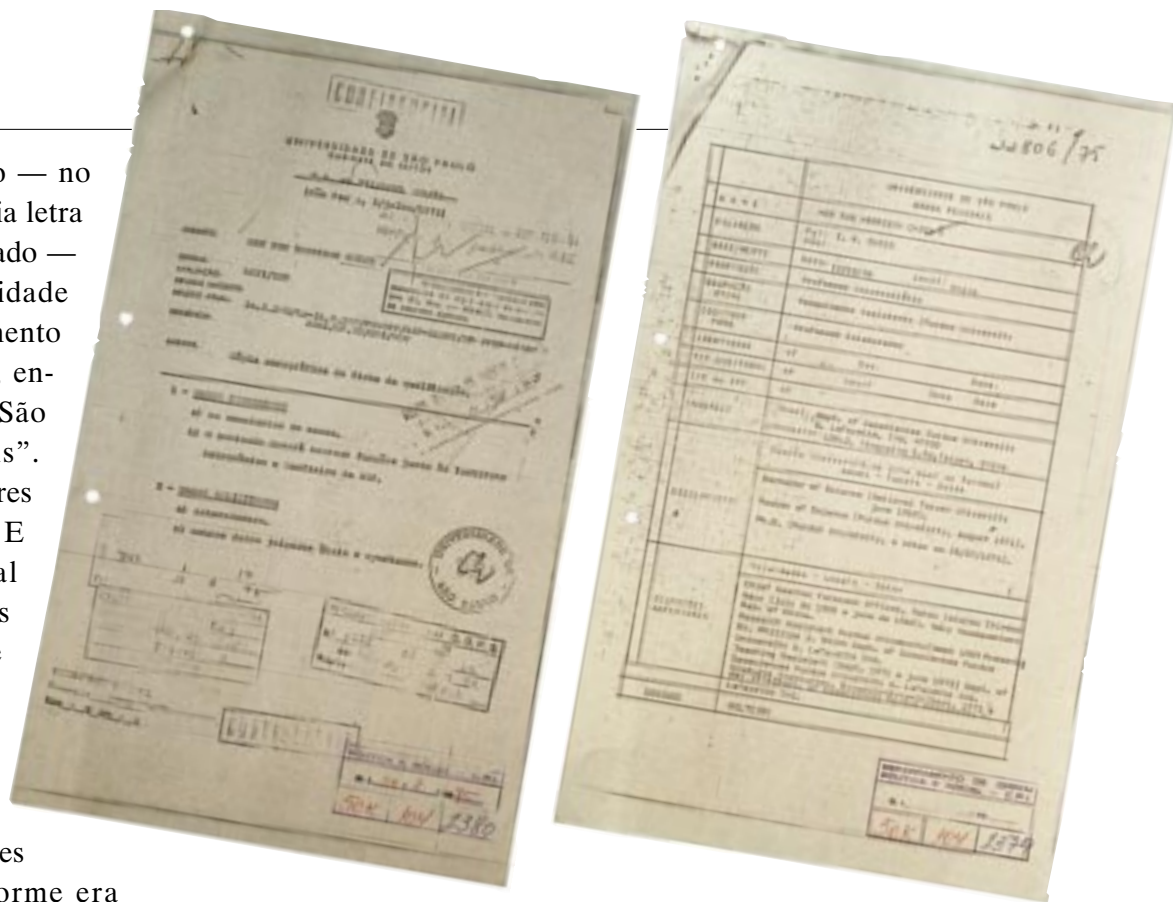
E a força de pressão de tal órgão perante diretores ou chefes de departamento também já não poderá ser oficialmente negada. Em 1973, por exemplo, documentos originários da AESI, que histo-

riam o planejamento e realização do II Encontro Nacional de Estudantes de Economia, são claros em registrar que “alertado por esta AESI, o diretor da FAU, Nestor Goulart Reis Filho, negou a cessão do auditório”. E mais: “também o diretor da FEA, Laerte de Almeida Moraes, igualmente alertado por esta AESI, vetou a realização do encontro”.

No mesmo ano, 1973, outro processo registra a intervenção da AESI em curso de férias sobre Dramaturgia, ministrado pelo professor Lauro César Muniz, na ECA. Como a bibliografia indicava, entre outras obras de apoio, “*Lógica da dialética*”, de H. Lefèvre, e “*Introdução à lógica dialética*”, iniciam-se os questionamentos, ao mesmo tempo que se registra o informe que Muniz participara, em 1968, de manifesto contra a censura. As explicações seguem o curso normal da burocracia, quando o

chefe do Departamento, Eduardo Peñuela Canizal, interpelado pelo diretor da ECA, “apresenta explicações prestadas por Muniz, em que detalha não terem sido utilizadas as obras referidas, as quais foram eliminadas da bibliografia no segundo semestre de 1973”.

Entre os muitos documentos de autoria da AESI nem mesmo a atual primeira dama, Ruth Cardoso, foi perdoada. Datado de fevereiro de 1976, um relatório informa que “Eunice Durham compõe, com Ruth Correa Leite Cardoso e Leôncio Rodrigues, também professores do Departamento de Ciências Sociais, grupo que lidera movimento esquerdista em toda a faculdade”. Segundo o informe, o grupo não teria atuação ostensiva, o que dificultava a caracterização da ação por ele desenvolvida. Para não deixar dúvidas, o informe segue com detalhado currículo de Eunice Durham.

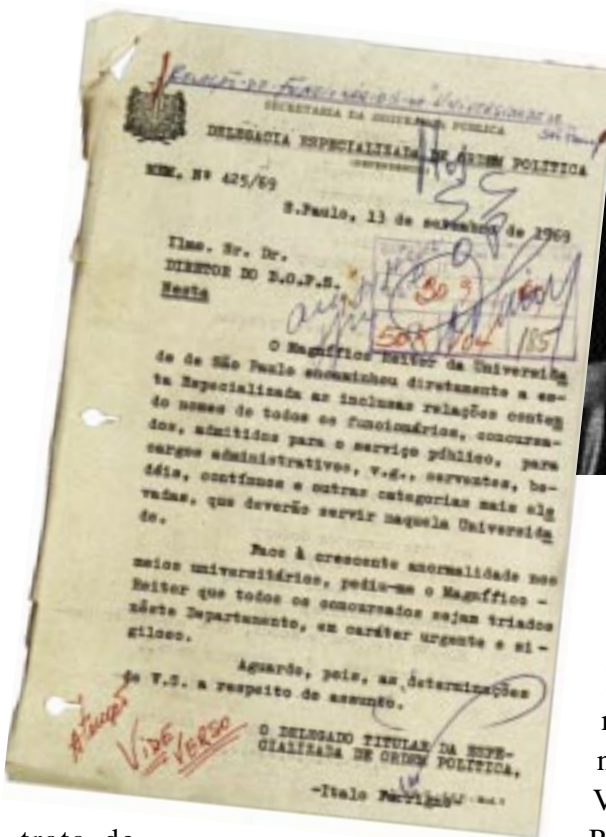


ACOMPANHAMENTO DIÁRIO DO CAMPUS DA CAPITAL

Entre as muitas interrogações deixadas pelos arquivos do Dops encontra-se a dos silêncios em torno de alguns períodos e de algumas pessoas de conhecido comprometimento político que, estranha e aparentemente, parecem não ter sido monitoradas pela comunidade de informações. No caso da USP, também esta situação se repete.

Buscando a cronologia do acompanhamento dado à Universidade, do ano de 1955 pula-se para o ano de 1964 e, ainda assim, poucos serão os documentos referentes aos cinco anos seguintes. Em 1969, existirão alguns registros esparsos, novo vazio e, apenas a partir de 1973, a documentação voltará a ser farta, constante e diversificada, talvez pelo surgimento formal de um órgão de informações, vinculado à Reitoria.

Dos primeiros anos pós-64, poucas revelações. Apenas — em documento já bastante deteriorado e cuja leitura é prejudicada — o que parece ser a indicação do reitor Luiz Antonio Gama e Silva sobre quem representaria a USP nos acompanhamentos de aplicação dos atos institucionais: o professor Julio Mario Stamato, Secretário Geral da Universidade. Do que é possível se reproduzir do texto, pouco legível em algumas linhas, sabe-se que se



Luís Humberto/Abril Imagens



1964, relacionando 25 nomes, entre os quais Luiz Hildebrando Pereira da Silva, Paul Singer, Mário Schemberg, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Villanova Artigas, Caio Prado Junior e José Serra.

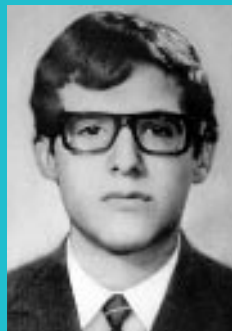
Do mesmo período, permanece o registro de que caberia ao tenente coronel Ênio Pinheiro Santos — um dos organizadores do SNI — a condução do IPM do II Exército para apurar atividades subversivas na Faculdade de Medicina.

Mesmo com a parca documentação encontrada, os registros reforçam a tese de que a colaboração entre Reitoria e órgãos de segurança nunca deixou de ocorrer. Datado de 13 de setembro de 1969 — e portanto ainda no mesmo ano em que o vice-reitor em exercício, Hélio Lourenço de Oliveira, fora cassado —, ofício assinado por Italo Ferrigno, delegado titular da Especializada de

trata de ofício onde o reitor apresenta ao Diretor de Ordem Política, Andréas Aranha, o professor Julio Stamato, “que se dirige a este Depto. a fim de cumprir missão determinada pela Comissão..... no âmbito desta Universidade, em cumprimento..... contidas no Ato Institucionalde abril de 1964, do governo federal, e no Decreto 43.217, de 16/4/1964, do governo estadual. A diligência que ele irá solicitar tem caráter urgente, tendo em vista a exigüidadeultimação do trabalho afeto”. Em resposta a esse ofício, designado como SG/198, surge informação remetida ao Gabinete do Reitor, pelo Serviço Secreto do Dops, em 3 de julho de

Ordem Polícia, encaminha ao Dops, em nome do reitor Alfredo Buzaid (foto ao lado do documento), a relação de todos os funcionários administrativos aprovados em concurso. A justificativa é clara: “face à crescente anormalidade nos meios universitários, pediu-me o reitor que todos os concursados sejam triados neste departamento, em caráter urgente e sigiloso”. Da longa lista, 19 nomes merecem reparos do Dops.

Uma das poucas mudanças de comportamento, em que parece haver a inversão das posições sobre quem estaria a exigir alguma coisa de outrem na estrutura de poder, registra-se em documento datado de março de 1973, quando o reitor Miguel Reale, já pressionado por várias manifestações em todos os campi da Universidade, encaminha ao Secretário da Segurança Pública pedido de informações, aprovado pelo Conselho de Ensino e Pesquisa, a respeito da morte do estudante Alexandre Vanucchi Leme (veja box). O que parece ser a resposta oficial encontra-se em documento sem nenhum timbre da Secretaria da Segurança Pública, como se fosse apenas um rascunho preliminar, onde é informada a versão oficial do órgão, divulgada à época. Alexandre teria sido preso por pertencer à ALN e, durante interrogatório, teria denunciado companheiros; acompanhado de policiais, teria indicado um “ponto” em movimentado cruzamento de São Paulo, onde teria tentado a fuga e, atropelado por um caminhão, viria a falecer em função das lesões provocadas pelo acidente. O corpo, não identificado, foi enterado 24 horas após a morte.



Neste ano de 98, homenageia-se Alexandre Vannucchi pelos 25 anos de sua morte. Estudante de geologia da USP, nos três anos que esteve na USP, no auge da repressão política (governo Médici), destacou-se como organizador do DCE e nas lutas pela reabertura das entidades estudantis. Denunciou torturas, os cárceres clandestinos e os assassinatos cometidos pelo regime militar

A partir de então, os registros passam a se multiplicar. Mas já não são originários apenas da própria Universidade. Os órgãos de informação registram rigorosa vigilância sobre o Campus da Cidade Universitária, em São Paulo, gerando três relatórios diários — pela manhã, tarde e noite —, durante anos, sobre o que ocorre de mais significativo em cada uma das faculdades. Há observações — naturalmente a partir da ótica de quem os produz — de aulas, palestras, conferências, assembléias estudantis, quase que caracterizando uma rotina que nunca se altera.

Em meio a este material, entretanto, persistem as denúncias de que a Universidade transformou-se numa central de comunistas. Misturaram-se denúncias de todos os tipos. Documento datado de maio de 1974, aparentemente anônimo — em seu teor, o denunciante afirma ser professor da própria USP, vinculado ao Departamento de Matemática e Estatística, onde exercia atividades há 22 anos —, insiste na tese. E denuncia, por exemplo, Elza Furtado Gomes, Chaim Honig, Carlos Benjamin Lyra, Jacob Zimberg Sobrinho e Trajano Couto Machado, do Instituto de Matemática, como “esquerdistas indisfarçados”, che-

gando até mesmo a pedir ao Dops que “possa averiguar a pessoa de Waldyr Muniz Oliva, entre outros”.

É do mesmo ano relatório do II Exército, que demonstra claramente a síndrome de caça aos comunistas ainda viva: indica que, depois de conferência realizada na Faculdade de Ciências Sociais pelos professores Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso, foi possível constatar que um dos livros de Florestan estaria para ser adotado pela Universidade. Motivo suficiente para a reclamação formal: “estes fatos, bem como as greves ou ameaças de greve, têm sobrecarregado o Serviço de Informações do II Exército que se vê na contingência de, freqüentemente, intervir diretamente no problema, porque o sistema de segurança e informações do MEC em São Paulo vem deixando muito a desejar”.

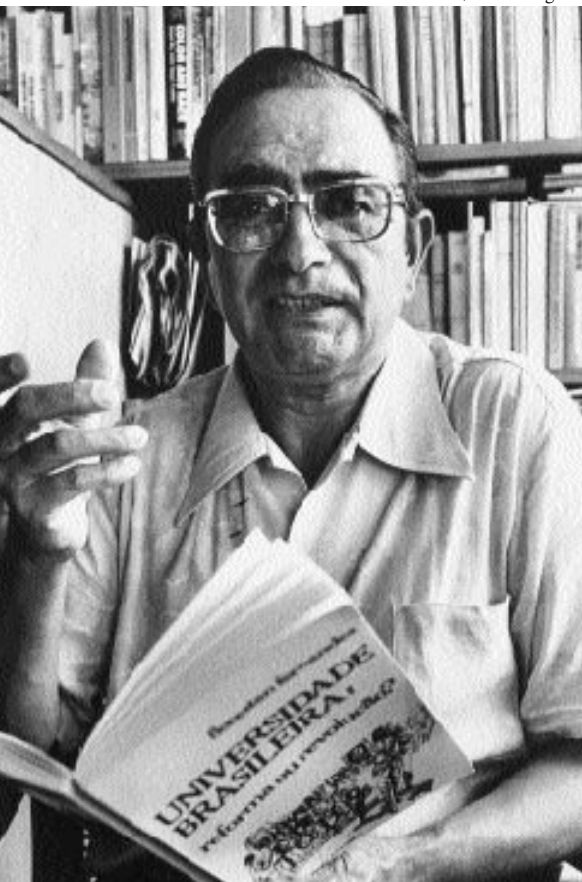
Já extenso relatório do Centro de Informações do Exército, de maio de 1977, assinado pelo general Antonio Silva Campos, chefe do órgão, numa ampla exposição de mais de 40 laudas a respeito da situação do Partido Comunista Brasileiro no Estado de São Paulo, acaba por também concluir que “a USP se constitui, hoje, no principal foco de comunização do país”.

FLORESTAN E SCHEMBERG FORAM CONSTANTEMENTE VIGIADOS

Entre os muitos intelectuais que ocuparam significativamente o tempo e o esforço dos órgãos de segurança, destacam-se, no quadro da USP, o sociólogo Florestan Fernandes (foto abaixo) e o físico Mário Schemberg (foto à direita).

Florestan, que em sua ficha de qualificação é definido como sociólogo e professor universitário, tem um primeiro registro sobre

Carlos Namba/Abril Imagens



sua vida política datado de 1945, quando, segundo o Dops, pertenceu ao diretório provisório do partido Coligação Democrática Radical. Ao longo dos anos, sua trajetória seria acompanhada com detalhes, que cresceriam de frequência a partir da década de 60. Em 1961, as observações indicam que Florestan integrou a comissão paulista patrocinadora da coleta de assinatura pelo registro do PCB e, em maio de 1964, a Divisão de Informações da Delegacia de Ordem Política assim o define: “marxista ao extremo e declaradamente comunista; como titular da cátedra de Sociologia da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP montou esquema para evitar que sua cátedra fosse ocupada por professores anticomunistas. Dotado de ambição sem limites, desleal, despatriado, amoral e revoltado com sua origem humilde (filho de lavadeira)...”.

Em setembro do mesmo ano, IPM é instalado para averiguar a situação da FFCL, no qual se registra, por exemplo, a acusação do professor Ricardo Roman Blanco, no sentido de denunciar que “Florestan é tão virulento quanto Mário Schemberg, sendo suas aulas autêntica doutrinação marxista”. Indiciado pela Justiça

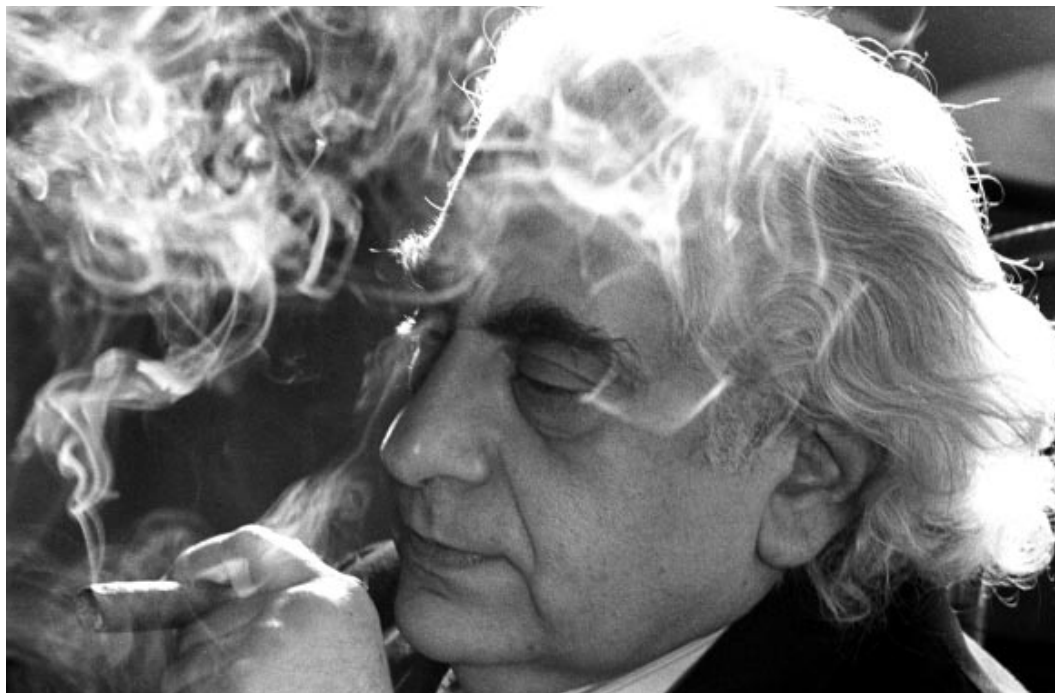
Militar, o sociólogo tem sua prisão preventiva decretada, mas quando isto ocorre já embarcara para os Estados Unidos. Mesmo ali, suas atividades continuam sendo acompanhadas, com registros sobre os locais onde ministrava suas aulas e residia. As anotações prosseguem pelo ano de 1968, quando a ele se imputa a declaração de que o regime se caracterizaria como “uma ditadura militar” e teria, então, “conclamado os estudantes a irem às ruas”.

Passados os anos, e já cassado pelo AI-5, Florestan continua a ser monitorado com regularidade. Suas palestras, conferências, aulas e debates públicos estão devidamente anotados e suas idéias registradas. A maior preocupação parece se concentrar em 1975, quando Florestan ministra, no Departamento de Ciências Sociais da USP, um curso sobre Revolução Socialista em Cuba. Embora, segundo o próprio Dops, o curso tivesse duração de cerca de 3 meses, todas as aulas foram acompanhadas e seu conteúdo sintetizado em relatórios, um a um. Sobre a primeira aula, por exemplo, o investigador informa que o tema tratado foi “o domínio norte-americano sobre Cuba, desde o fim do século XIX até

1932, devendo nas próximas aulas se chegar até os dias atuais”. Segundo a opinião do investigador do Dops, Florestan enfatizou “os malefícios da dominação”.

Mas se os registros sobre Florestan realmente priorizam seus atos e atitudes como professor e intelectual, a preocupação com Mário Schemberg teve uma caracterização política muito mais definida. Como candidato e militante do PCB, Schemberg chega a ter uma série inteira do Dops dedicada exclusivamente ao arquivamento de parte de sua vida, com nada menos que 448 documentos sequenciais ali colocados — o que não afasta a existência de outros documentos, em outras áreas do arquivo.

O primeiro registro data de 1944, em função de conferência por ele proferida, na própria USP, sobre “Civilização e cultura americanas”. A partir de então, o Serviço Secreto da Delegacia de Ordem Política estaria constantemente acompanhando seus pronunciamentos e especialmente atividades que, como físico, iriam levá-lo a tomar posicionamentos públicos sobre a política de energia nuclear. Preso em 1948, o Dops mistura entre sua documentação bilhete escrito pela esposa, Julieta Guerrini, onde ela, a lápis, pergunta-lhe: “se essa superdotada força para guardar vocês – 5 canhões, 10 parabelinos, 20 metralhadoras – não constitui violência”. Julieta ainda informa que trouxera laranjas para ele e que iria se esforçar para que Schemberg não ficasse tão abandonado na prisão.



Especificamente no que se refere a atividades acadêmicas, embora os documentos originários da USP que registrem o fato não sejam encontrados no Dops, documentos de outras origens e até mesmo recortes de jornais relacionam o pedido de demissão de Schemberg, em 1956, do cargo de diretor do Departamento de Física da FFCL, em “função da falta de verbas e dos entraves para o desenvolvimento das pesquisas”. Em 1965, registra-se a indignação dos presentes à solenidade de formatura da FFCL — turma de 1964 — quando a mensagem encaminhada por Schemberg é proibida de ser lida pelo então diretor da unidade, professor Mário Ferri. Já àquela oportunidade, o representante dos formandos denunciava, em seu discurso, “o terrorismo cultural que se instala na Universidade, vitimando professores, como Mário Schemberg”.

Ainda de 1965, as manchetes de jornais — devidamente arqui-

vadas — dão destaque a seu indiciamento no IPM que se desenvolve sobre subversão também na FFCL e que já atingira Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e João Cruz Costa. Embora nada tenha sido encontrado que possa se caracterizar como o próprio conteúdo do IPM, os arquivos mantêm documentos que falam sobre a indignação de cientistas e intelectuais pelo fato de Schemberg, o único latino-americano convidado a participar da Conferência Internacional sobre Partículas Elementares, ter sido impedido de viajar ao Japão.

O último registro que lhe é feito, vinculando-o a atividades acadêmicas, data de agosto de 1968, quando Schemberg pede demissão do Departamento de Física da USP como forma de protestar contra o tratamento que vinha sendo dado pela Instituição ao também físico César Lattes, que se transfere para a Unicamp.

CAIXA DE SURPRESAS

Qualquer análise que se pretenda fazer de um passado recente do país, a partir da documentação existente nas 15 toneladas de papel que compõem os arquivos do Departamento de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo, hoje abertos ao público, esbarrará em limites claros e definidos. Cobrindo os anos de atuação do órgão, de 1924 a 1983, ali se concentram 150 mil prontuários, mais de 1 milhão e 300 mil fichas remissivas, milhares de pastas.

Mesmo transferido atualmente para instalações mais adequadas, depois de permanecer durante anos em espaços onde a umidade e o risco de deterioração eram constantes, o Arquivo permanece como um mundo desconhecido, inclusive para aqueles que o manuseiam. Dos primeiros técnicos que puderam buscar a lógica de sua documentação, poucos restaram para dar continuidade ao trabalho, já que sua situação funcional sempre foi precária e dependente da contratação de outros órgãos que não a própria Secretaria de Cultura do Estado. Hoje, grande parte do atendimento ao público é feita por estagiários, que sequer têm noção do material que estão manuseando, e muito menos algum tipo de capacitação específica que oriente o pesquisador nos

caminhos que lhe permitam encontrar o assunto de seu interesse. Grupos de pesquisa da USP e da Unesp vêm buscando, entretanto, desvendar o significado do código alfanumérico que define a lógica arquivística dos documentos.

Nenhum processo de informatização ainda foi estendido aos milhões de documentos ali catalogados. Há apenas um sistema rudimentar de fichas remissivas, a partir do nome de pessoas ou entidades, ainda datilografadas em velhas máquinas manuais de décadas passadas. Ocorre, entretanto, que tais referências deixam vazios imensos, escondendo, na maioria dos casos, o que de mais rico e inédito existe nos arquivos. Quem se contentar em buscar apenas os documentos indicados nessas fichas iniciais de consulta, certamente se decepcionará pela pobreza dos relatos que irá localizar.

O mapeamento ainda é precário, sem sistematização adequada. Assim, há séries e dossiês já bastante manuseados, atraindo maior atenção documentos sobre o movimento estudantil, laudos necroscópicos daqueles que foram mortos durante a luta armada ou por torturas, interrogatórios de presos políticos, publicações apreendidas, acompanhamento de partidos clandestinos, entre outros. Mas os documentos, muitas vezes duplicados em diferen-

tes pastas, passam a obter significados diversos, se confrontados com aquilo que os antecede ou sucede. Portanto, sua análise pode ser alterada dependendo inclusive do local de seu arquivamento.

Grande parte dos documentos relativos à Universidade de São Paulo, no que se refere à troca de informações e colaboração institucional entre Reitoria e órgãos de segurança, encontra-se arquivada na série 50-K-104, que possui 29 pastas, com cerca de 3.500 documentos e 8 mil páginas. Mas relatos dos mais significativos foram localizados em pastas de séries completamente distantes e desvinculadas de movimentos estudantis, educacionais ou universitários.

Em qualquer processo de recuperação de novas versões para a história, a partir do que seja pesquisado naqueles arquivos, há que se considerar, ainda, a própria duvidade do conteúdo da documentação. Análises oficiais de órgãos como o Ministério da Marinha ou da Aeronáutica misturam-se a relatos qualificados pelos órgãos de segurança até mesmo como “informe duvidoso”, gerado por “fonte nem sempre idônea.” Assim, se de um lado é possível se surpreender, especialmente no que se refere aos anos da luta armada, com documentos inéditos de análise de conjuntura ali existentes, há que se rir

da imaginação e da limitação intelectual de grande parte dos informes aceitos e referenciados para análise posterior de toda a comunidade de informações, já que a distribuição da maioria deles se fazia em âmbito nacional.

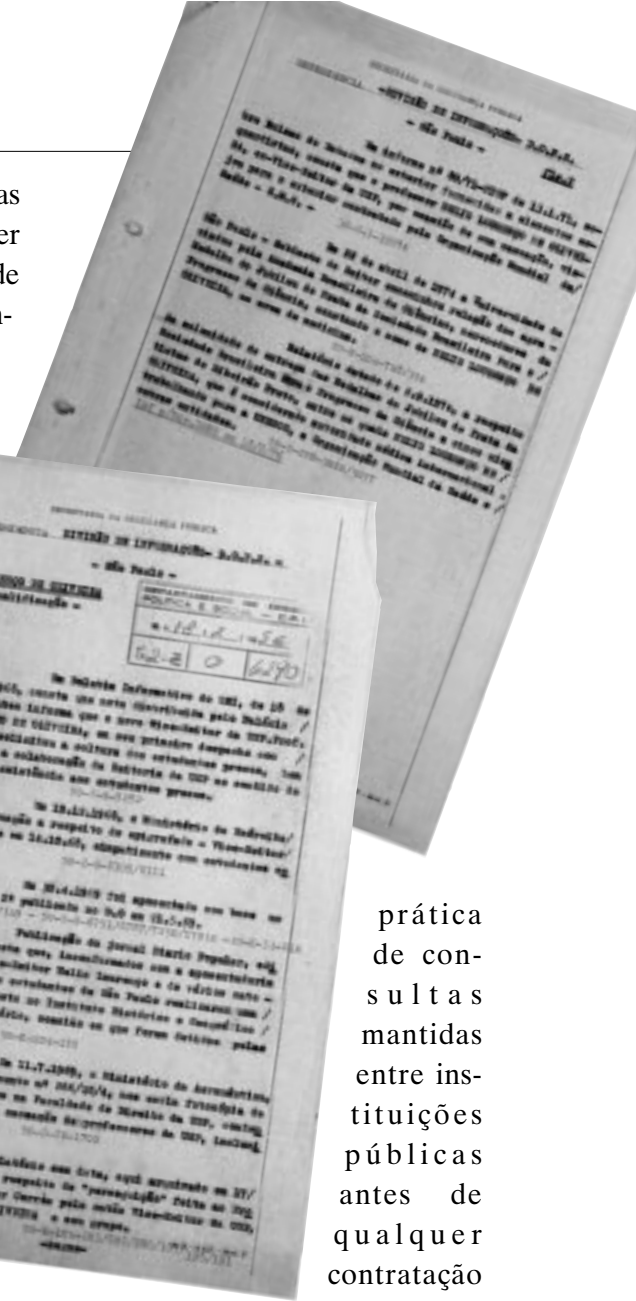
O mais grave, neste quadro, era a absoluta consciência que os próprios órgãos de segurança possuíam quanto à fragilidade de seus sistemas de informações. Exemplo típico que mostra a extensão do problema pode ser encontrado na qualificação de Luiz Francisco Santos, informante profissional, caracterizado nos documentos oficiais como a serviço de vários países, infiltrado junto à União dos Portuários de Santos, em 1965. Sua ficha, que relaciona telefone, endereço, local para recados, acrescenta que o cidadão mantinha, em Niterói, um orfanato para moças de quem tiraria proveito. Quase 20 anos depois, as práticas eram as mesmas: um bilhete à mão, endereçado ao então diretor do Dops, Romeu Tuma, acompanhando uma análise política sobre o Chile, informa pura e simplesmente que “o signatário deste documento é um vigarista; não tem qualquer conhecimento de organizações esquerdistas”. Apesar do alerta, o material merece o mesmo tratamento arquivístico de tantos outros documentos oficiais.

A outra face dessa incursão mais ampla pelos documentos do arquivo é a possibilidade efetiva de detectar a identidade de numerosos informantes e investigadores dos órgãos de segurança, assim como deparar com declarações feitas — aparentemente — por vontade própria, das

mais variadas pessoas interessadas simplesmente em também combater o comunismo. Há simpatizantes de todas as origens e formatos: gerentes de banco, pastores, ex-militares, pessoas respondendo por cargos de confiança, simples escroques. Mas, embora possivelmente nem eles mesmos o soubessem, eram todos tratados — como se diz popularmente — como “farinha do mesmo saco”, pouco importando aos órgãos de segurança seu status ou título. Importava, apenas, que eram colaboradores ou informantes.

Mesmo assim, qualquer uma dessas denúncias, o que inclui também qualquer uma que fosse feita pela Reitoria da USP, indicando nomes de possíveis comunistas, não se restringia aos órgãos policiais de São Paulo, mas seria distribuída, imediatamente, aos serviços de informação dos Ministérios do Exército, da Marinha, da Aeronáutica; ao Ministério do Trabalho, ao MEC, Departamento de Polícia Federal, e, após 64, ao Serviço Nacional de Informações (SNI).

Este tipo de rede de informações fica muito caracterizada pela



prática de consultas mantidas entre instituições públicas antes de qualquer contratação de funcioná-

rios, antes e depois de 1964. Os arquivos mostram que não se tratava apenas da USP e da justificativa muitas vezes apresentada de uma alegada exigência do governo militar, que poderia impor tal conduta. Até mesmo concursos públicos, em instituições como delegacias do Ministério do Trabalho e o CPqD (órgão vinculado à Telebrás), estiveram sujeitos aos humores do Dops para que seus resultados fossem referendados, na década de 50, 60, 70 ou até mesmo, como comprovam alguns dos últimos documentos do arquivos, datados de 1982. **RA**